




AS DOAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DE ALIMENTOS: PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS EM ASSENTAMENTOS DO RS

FOOD DONATIONS AND TRANSFERS: SOCIOECONOMIC PRACTICES IN SETTLEMENTS IN RS

DONACIONES Y TRANSFERENCIAS DE ALIMENTOS: PRÁCTICAS SOCIOECONÓMICAS EN ASENTAMIENTOS EN RS

Adilson Roberto Bellé¹ 
Pedro Selvino Neumann² 
Alisson Vicente Zarnott³ 

Submissão: 30/09/2022 / Aceito: 23/12/2022 / Publicado: 30/01/2023.

RESUMO

No modelo econômico vigente o mecanismo predominante é de trocas comerciais, muitas vezes secundarizando e invisibilizando outras formas econômicas como a reciprocidade e a domesticidade, coexistentes no caso do campesinato. O artigo objetiva analisar a importância socioeconômica das transferências e doações de alimentos em famílias assentadas do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo foi realizado em assentamentos de diferentes regiões do estado, utilizando-se métodos mistos para a pesquisa e análise dos dados. Os resultados apontam que 88% dos entrevistados fazem transferências ou doações de alimentos, tratando-se de uma prática frequente. Mais de 50% das famílias possuem filhos residindo na cidade e que se abastecem de alimentos junto aos pais assentados. Os valores médios transferidos e doados aproximaram-se a 20% do valor de um salário mínimo mensal, chegando em determinadas situações a mais de um salário mínimo. Este valor é significativo para quem recebe, pois a renda média dos empregados nos municípios pesquisados ficou entre dois e três salários mínimos mensais. Por fim, as doações e transferências de alimentos tornam necessária uma releitura do sentido tradicional dado a produção de autoconsumo, pois assumem importância econômica e também fortalecem os laços sociais entre as pessoas envolvidas através da dádiva e reciprocidade.

Palavras-chave: Doações de alimentos. Transferência de alimentos. Assentamentos. Dádiva. Reciprocidade.

ABSTRACT

In the current economic model, the predominant mechanism is commercial exchanges, often secondary to and making invisible other economic forms such as reciprocity and domesticity, coexisting in the case of the peasantry. The article aims to analyze the socioeconomic importance of food transfers and donations in settled families in Rio Grande do Sul, Brazil. The study was

¹ Doutor em Extensão Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PGExR/UFSM. Termo de Execução Descentralizada UFSM/INCRA. E-mail: adilsonbelle01@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGEExR/UFSM. E-mail: neumannsp@yahoo.com.br

³ Doutor em Extensão Rural. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGEExR/UFSM. E-mail: alisson.zarnott@gmail.com



carried out in settlements in different regions of the state, using mixed methods for research and data analysis. The results show that 88% of respondents make transfers or donations of food, which is a frequent practice. More than 50% of families have children residing in the city and who obtain food from their settled parents. The average values transferred and donated approached 20% of the value of a monthly minimum wage, reaching in certain situations more than a minimum wage. This value is significant for those who receive it, as the average income of employees in the municipalities surveyed was between two and three minimum wages per month. Finally, food donations and transfers require a reinterpretation of the traditional meaning given to self-consumption production, as they assume economic importance and also strengthen social ties between the people involved through donation and reciprocity.

Keywords: Food donations. Food transfer. settlements. Gift. Reciprocity.

RESUMEN

En el modelo económico actual, el mecanismo predominante son los intercambios comerciales, muchas veces invisibilizando otras formas económicas como la reciprocidad y la domesticidad, coexistentes en el campesinado. El objetivo es analizar la importancia socioeconómica de las transferencias y donaciones de alimentos en familias asentadas en Rio Grande do Sul, Brasil. La investigación se llevó a cabo en asentamientos de diferentes regiones del estado, utilizando métodos mixtos de investigación y análisis de datos. Los resultados muestran que el 88% realizan transferencias o donaciones de alimentos, lo cual es una práctica frecuente. Más del 50% de las familias tienen hijos que residen en la ciudad y obtienen alimentos de sus padres asentados. Los valores promedio transferidos y donados se acercaron al 20% del valor de un salario mínimo mensual. Este valor es significativo para quienes lo perciben, ya que el ingreso promedio de los empleados en los municipios encuestados estaba entre dos y tres salarios mínimos mensuales. Finalmente, las donaciones y transferencias de alimentos requieren una reinterpretación del significado de la producción para el autoconsumo, ya que asumen una importancia económica y además fortalecen los lazos sociales entre las personas a través de la donación y la reciprocidad.

Palabras chave: Donaciones de alimentos. Traslado de alimentos. asentamientos Regalo. Reciprocidad.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), importante organismo internacional, tem feito esforço de mobilização de diversos países na busca pela paz e o desenvolvimento, construindo agendas mundiais em prol do desenvolvimento sustentável. Atualmente a FAO vem trabalhando na agenda 2030 com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que o objetivo 2 aponta o combate à fome como questão central: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, estando intrinsecamente ligado ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. (MACHADO FILHO, 2017 p. 18).

No Brasil a situação da fome sofreu grave acréscimo nos últimos anos, sobretudo no cenário de pandemia mundial da COVID-19 iniciada no ano 2020. Segundo dados do II Inquérito



Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, organizado pela REDE PENSSAN (2022, p.37), “são 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e 33 milhões (15,5% da população) encontram-se em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave”.

Em grande medida a fome é consequência do modelo econômico atual, que torna o alimento uma mercadoria e que cria sérios obstáculos àqueles que estão à margem do mercado ou que não possuem renda. Vivemos em uma economia de mercado em que o dinheiro é a principal ferramenta para ter acesso aos alimentos, portanto, aqueles que não dispõem suficientemente deste recurso, certamente terão limites para satisfazer esta necessidade humana básica.

Karl Polanyi foi um dos autores importantes na crítica ao modelo de economia regida pelo mercado autorregulado. Para Polanyi (2012) a economia de mercado deu origem a uma nova sociedade, onde o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, como se fossem produzidos para a venda.

O modelo econômico predominante está embasado na escassez de recursos que precisam ser otimizados. O motor deste sistema é o consumo de mercadorias, ou seja, o sistema tenta alcançar o máximo de consumo associado a um padrão ótimo de produção. No entanto, este modelo econômico aumenta cada vez mais o abismo das desigualdades sociais.

Polanyi (2000) aponta que outras formas de economia já existiram e foram predominantes em sociedades de outros tempos. As formas primitivas de economia, tal qual a reciprocidade, redistribuição, domesticidade, foram importantes antes da predominância da economia de trocas. Assim, mesmo que na atualidade prevaleça o sistema de trocas mercantis, os princípios de redistribuição, reciprocidade e domesticidade, de certa forma, coexistem nos tempos atuais sobretudo no rural com o campesinato (SABOURIN, 2009; 2011).

A prática da doação de alimentos que está presente no campesinato é um exemplo concreto da manutenção da reciprocidade e da domesticidade, uma vez que é a partir da unidade familiar de produção, da produção para o autoconsumo, que se origina a maior parte das doações e transferências de alimentos.

Um exemplo disso ocorreu durante a crise causada pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), onde as populações mais pobres ficaram ainda mais fragilizadas, o desemprego aumentou significativamente e a fome se alastrou enormemente. Diante deste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) organizou campanhas de doação de alimentos

produzidos por famílias assentadas em diversas partes do país, de modo que muitos agricultores assentados do Brasil todo fizeram suas doações de alimentos para estas campanhas.

Outro exemplo da ocorrência de doações e transferências de alimentos pode ser constatado quando os filhos de assentados migram para a cidade para estudar, mas permanecem dependentes economicamente dos pais. Aí entra em cena, novamente, a transferência de alimentos. Esta prática segue ocorrendo quando os filhos constituem uma nova família, que embora independentes financeiramente, ainda permanecem vinculados pelos laços familiares recebendo transferências de alimentos dos pais, mesmo que financeiramente não seja tão importante.

Esta transferência de alimentos assume uma importância objetivamente econômica, até então pouco quantificada e monetizada, uma vez que impacta a economia de quem recebe, pois se deixa de gastar dinheiro com a compra de alimentos. Por outro lado, reflete na manutenção de relações sociais e culturais, no tipo de alimentação que guarda memórias e símbolos culturais ou ainda pela “qualidade” nutricional dos alimentos, tidos como mais saudáveis no comparativo com o que é oferecido normalmente pelos mercados.

Os alimentos funcionam como um dos elos aglutinadores das relações entre pais e filhos, pois em grande medida os pais sentem-se na obrigação de “ajudar” os filhos que estão iniciando sua independência econômica, portanto, cabe aos pais darem o suporte para os filhos, tal qual mencionado por Boulding (1976, p. 16-17) como sendo as “transferências internas dentro da organização social familiar”.

Considera-se, portanto, que as transferências de pais para filhos estão em um processo hierárquico que envolve interesses da organização familiar. Interesses que podem ser objetivos, como os pais ajudarem os filhos para que em outra ocasião os filhos ajudem os pais na medida que estes envelhecem. Ou ainda, menos objetivos, como a manutenção de relações afetivas, o cuidado e o amor que se entrelaça e se fortalece pela transferência de alimentos, tornando-se uma espécie de “cordão umbilical invisível”, pois, mantém a ligação familiar através da essência material da sobrevivência humana que é o alimento.

Neste universo, este artigo tem o objetivo de discutir a importância socioeconômica das transferências e doações de alimentos no contexto de assentamentos rurais do Rio Grande do Sul.

Para atender o objetivo proposto, o artigo está estruturado em quatro partes para além desta introdução. Segue com uma breve revisão bibliográfica sobre as formas econômicas que estão para além do mercado de trocas e como as doações de alimentos se fazem importantes no Brasil. Na sequência, descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. Posteriormente, discute os



resultados da pesquisa no que tange o valor monetário que circula pela via das transferências e doações de alimentos nos assentamentos. Por fim, tece algumas considerações finais.

O SISTEMA ECONÔMICO ATUAL E A PERMANÊNCIA DAS PRÁTICAS DE DOAÇÕES E RECIPROCIDADE

A sociedade atual vive em um sistema econômico controlado pelo mercado, sendo este um mecanismo de regramento, uma vez que a sociedade acaba sendo um acessório do mercado, pois as relações sociais estão imersas no sistema econômico, ou seja, “em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p.77).

Polanyi (2012, p.53) argumenta que ocorreu uma transformação economicista, sendo que “o que antes era apenas uma ligeira expansão de mercados isolados transformou-se num sistema autorregulado de mercado”. Neste sentido, ocorre a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, ou seja, passam a ocorrer a livre oferta e procura de trabalho e o mesmo ocorreu com a terra que passou a ser ativo de mercado, sendo comprada e vendida. Ao transformar o trabalho e a terra em mercadorias, as pessoas e a natureza também passam a ser mercadorias negociadas, podendo ser “descartadas” quando perdem sua utilidade.

Neste mundo do mercado, o medo da fome por um lado e a ânsia pelo lucro de outro, estão presentes nas pessoas. O trabalhador, quando empregado, se obriga a vender sua força de trabalho, sujeitando-se às condições mais adversas para não passar fome e obter o seu sustento e da família.

A existência de uma prática utilitarista na sociedade deturpou a compreensão que o homem ocidental tinha de si mesmo e da sua sociedade, ou seja, o homem foi levado a aceitar a ideia de que os incentivos que organizam a vida cotidiana estão calcadas majoritariamente em motivações materiais. Segundo Polanyi (2012, p.55), a sociedade foi condicionada ao sistema econômico onde “o mecanismo de mercado criou a ilusão sobre o determinismo econômico como lei geral de toda a sociedade humana”.

A crítica de Polanyi a este modelo economicista aponta que vivemos em uma sociedade complexa e que existem formas de integração institucionalizadas em ações coletivas e sistemas de regras que regulam e ordenam a vida social, econômica e política das pessoas e que isso se difere muito do *homo economicus* neoclássico.

Segundo Polanyi (2012) o termo “econômico” contém dois significados – o formal e o substantivo - com raízes distintas e independentes uma da outra. O significado formal vem da



relação meios-fins, que em síntese busca a maximização, “obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe” (POLANYI, 2012, p.64). Já “o significado de substantivo está relacionado a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (POLANYI, 2012, p.64). A economia funciona como uma instituição que fornece meios para satisfazer as necessidades materiais do ser humano como, por exemplo, os alimentos, o abrigo, que são essenciais à sobrevivência, ou seja, nesta perspectiva o econômico não passa de um meio para satisfazer as necessidades materiais.

Sabourin (2011) afirma que Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como categorias diferentes da troca, inclusive definindo a reciprocidade como uma categoria econômica específica. Em suas palavras,

A reciprocidade é definida como os *movimentos de correlação de grupos sociais simétricos*. Podemos simbolizar esta sequência assim: AB/BA ou AB/BC/CA. [...] a reciprocidade supõe grupos de parentesco *simetricamente ordenados*. Mas a simetria não se limita à dualidade. Três, quatro grupos ou mais podem ser simétricos em relação a dois eixos ou mais. A reciprocidade não é limitada às prestações binárias, ela pode implicar uma estrutura ternária: ‘Não é necessário que os membros dos grupos tenham comportamentos de reciprocidade unicamente entre eles, [...] eles podem tê-los com membros correspondentes de grupos terceiros com os quais eles têm relações análogas’. (SABOURIN, 2011, p. 35, grifos do autor itálico).

Segundo Sabourin a redistribuição está relacionada aos “*movimentos de apropriação em direção a um centro e, em seguida, desse em relação ao exterior*” e a troca a um “*movimento de vai e vem, tais como a passagem de ‘uma mão para a outra’ dos objetos em um sistema mercantil*” (SABOURIN, 2011, p. 35, grifos do autor itálico).

Polanyi (2000) menciona que além da reciprocidade, redistribuição e da troca, existe o princípio da domesticidade, que viria ao encontro do que convencionamos chamar de produção para o autoconsumo, o que demonstra que esta prática é mencionada como um dos princípios econômicos importantes e com raízes históricas.

No contexto apontado por Polanyi, a coexistência de relações de reciprocidade, redistribuição, domesticidade e trocas mercantis é real e pode fomentar outras formas de economia, baseadas em relações menos materiais e sim, mais humanizadas.

Razeto (2018) discute as diferenças entre a economia de mercado e a economia das doações. No mercado de trocas ou de intercâmbios os bens econômicos ganham preço. Diferentemente, na economia de doações e de solidariedade “[...] quando um sujeito presta um serviço gratuito a outro, ou quando realiza um trabalho voluntário em benefício da comunidade, ou



presenteia com bens de consumo que ele mesmo tem produzido, estes serviços, recursos, ou bens econômicos, não têm preço, não têm ‘valor de troca’” (RAZETO, 2018, n. p. tradução livre).

O ponto central da economia das doações apontado por Razeto está no fato de o doador não esperar algo em troca da coisa doada, que se reverbera, de certa forma, em uma prática despreziosa. No entanto, quando menos espera, o doador é retribuído de alguma maneira.

Nas relações familiares são frequentes as relações de doações e transferências dos pais para os filhos, as quais Boulding (1976, p. 16-17, tradução livre) chama de “transferências internas dentro da organização social familiar”. Segundo o autor, “as transferências ocorrem por que os membros que se encontram mais acima da hierarquia (pais) consideram que a redistribuição de doações dos pais para os filhos redundava de interesses da organização mais ampla: a família”.

Na perspectiva de Temple (1997), “o oposto de dar é receber”, ou seja, “ao dar, recebemos o ser” e o oposto é que “nós adquirimos o eu, dando-nos”, porém, existe o risco de ocorrer uma diferenciação entre os sujeitos envolvidos, ao ponto de que aquele que doa, querendo doar maior quantidade, imbuído do sentimento de que quanto mais eu dou, mais ótimo eu sou. Desta forma, a depender da sua situação econômica mais favorável, corre-se o risco de o ser social ser medido pela quantidade de presentes que doa, constituindo-se certa hierarquia de desigualdade em relação aqueles mais pobres que pouco tem pra dar. (TEMPLE, 1997).

De acordo com Temple (1997, n. p.), “produzir para doar é outro mecanismo da economia, diferente de produzir para acumular. A acumulação de bens e meios de produção é uma fonte de poder, mas a razão do presente é outra”. Nesta perspectiva do produzir para doar, a ponte que se constrói entre o que doa e aquele que recebe possui pilares firmes, calçado em relações mais humanas e duráveis.

Dentre as relações construídas está a amizade. Como afirma Temple (1997), “*Do ut des*”, eu dou para que você dê, e desta forma a reciprocidade produz a amizade. Neste caso a dimensão econômica aparece apenas em segundo plano, pois no primeiro plano surge a amizade, a justiça, responsabilidade, melhores condições de existência para o outro. Assim se descreve uma Economia Humana em oposição à economia natural descrita a partir da perspectiva liberal.

Cabe destacar também a doação de alimentos e as trocas recíprocas entre vizinhos, uma prática histórica na agricultura familiar. Estas práticas, embora fragilizadas nos dias atuais em decorrência do modelo mercantilizado de abastecimento de alimentos, ainda perduram em muitos locais, mantendo vivos os laços sociais.



Esta dimensão das trocas é afirmada por Marques et al. (2007, p.155 -156), destacando que as populações rurais têm nas trocas de alimentos uma prática de fundo econômico, o que constitui uma ligação tanto entre as famílias como com a comunidade rural. Neste sentido, “da agricultura e da comida emanam diálogos como a troca e doação de alimentos, que por sua vez, estão intrinsecamente relacionadas à sociabilidade e à identidade de indivíduos e grupos sociais”.

Ainda, Marques et al. (2007, p.163) destacam que nas trocas entre vizinhos “parece haver intencionalidade e uma racionalidade prevista, inscritas num certo utilitarismo [...]”, ou seja, se estabelecem laços entre pessoas, famílias, grupos, criando relações de amizade. Da mesma forma as doações e ofertas de alimentos se estabelecem neste campo de constituição de alianças entre as famílias rurais em uma comunidade, mesmo não tendo mais a importância que esta prática possuía no passado, quando da complementação do abastecimento alimentar.

Cabe mencionar ainda, as doações de alimentos para desconhecidos, sejam eles pessoas ou entidades com trabalhos sociais, embora seja uma prática menos comum na agricultura familiar, ela existe e assume uma dimensão importante nos assentamentos. Muitas famílias assentadas devido a sua trajetória de lutas e dificuldades no percurso até chegar ao seu próprio lote de terra, receberam muitas doações de alimentos e por este motivo sentem-se no dever de retribuir as doações sempre que houver uma oportunidade ou uma necessidade.

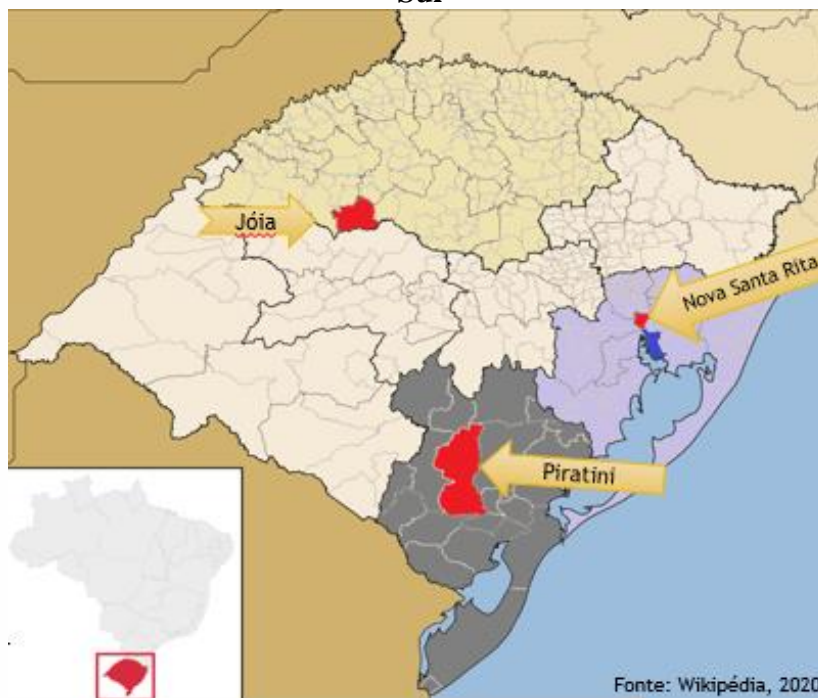
O volume de alimentos que a família agricultora produz para além da sua capacidade de autoconsumo e que circula nas vias das transferências, doações ou trocas recíprocas, remetem a uma reflexão de que as famílias não produzem apenas para si, mas também para dar e doar e perpetuar as relações de dádiva formadoras de amizade.

Assim, o que busca-se demonstrar é o caráter mais amplo da produção de autoconsumo, ou seja, conscientemente as famílias agricultoras produzem para além da sua capacidade de consumir e esta característica está atrelada justamente às relações de transferências e doações de alimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo ocorreu nos assentamentos rurais Itapuí/Meridional no município de Nova Santa Rita, Conquista do Imigrante no município de Piratini e Ceres no município de Jóia, ambos no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Localização dos municípios de Nova Santa Rita, Piratini e Jóia no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração do autor com base no Wikipédia (2020).

Utilizou-se métodos mistos de pesquisa, combinando instrumentos das pesquisas quantitativas e qualitativas (CRESWELL, 2007). Fez-se pesquisa bibliográfica e documental, para a caracterização dos locais e públicos pesquisados (GIL, 2010). Para tal, tomou-se por base os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente referentes ao Censo Agropecuário 2017 e Censo Demográfico 2010.

Para levantamento de dados empíricos utilizou-se o método *survey* com caráter exploratório e descritivo, contando-se com um questionário fechado, quantificando-se a produção de autoconsumo e respectivos volumes de alimentos transferidos ou doados pelas famílias assentadas.

A amostragem foi não probabilística e intencional, contando com sessenta e cinco entrevistas, realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano 2019.

As informações foram codificadas e tabuladas em planilhas do Microsoft Excel, possibilitando a realização de agrupamentos de informações e a contagem marginal ou cruzada das categorias. Posteriormente fez-se a análise dos dados fazendo-se uma descrição e caracterização das variáveis a serem analisadas e utilizou-se da estatística descritiva (GIL, 2010).

Para compor os preços dos alimentos, fez-se uma pesquisa de preços nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019 em três principais estabelecimentos que comercializam alimentos apontados pelos assentados em cada um dos municípios estudados. Fez-se a média aritmética dos preços de cada alimento, compondo-se assim o valor de referência.

Para fins de comparação atemporal dos valores obtidos com os preços dos alimentos, optou-se pela conversão em salários mínimos mensais, tomando-se por referência a tabela de valores do salário mínimo para o ano 2019, que segundo a GUIA TRABALHISTA (2022) foi de R\$ 998,00 mensais.

A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS OU DOAÇÕES DE ALIMENTOS NOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ao se falar em transferências ou doações de alimentos tende-se a acreditar que se trata de algo esporádico, ocorrendo apenas eventualmente quando da visita de um familiar ou quando sobra algum alimento e este é dado aos vizinhos. Entretanto, esta pesquisa mostra que não se trata de uma prática pouco relevante, muito pelo contrário, é mais comum do que se imagina.

A pesquisa apontou que 88% dos entrevistados fizeram transferências ou doações de alimentos em maior ou menor grau e que para cerca de 60% destes, trata-se de uma prática muito frequente, portanto, mensal, semanal e em muitos casos, até mais de uma vez por semana, ou seja, para a maioria dos entrevistados é uma prática recorrente, impressa no seu cotidiano.

Destaca-se que aproximadamente 50% das famílias entrevistadas possuem filhos residindo no centros urbanos e recebem alimentos com determinada frequência dos familiares assentados. Além disso, muitos filhos após constituírem seu núcleo familiar, optam por permanecer residindo próximo aos familiares. Este aspecto é bastante relevante no assentamento Itapuí/Meridional, onde 57% dos lotes possuem mais que uma moradia, geralmente de filhos que optaram por residir no lote dos pais e trabalhar em empregos urbanos. Neste arranjo, embora os filhos não contribuam diretamente nas atividades produtivas econômicas do lote, se beneficiam do mesmo como local de residência e de abastecimento de alimentos.

Ao se atribuir valor monetário aos alimentos transferidos ou doados, buscou-se dar visibilidade a este mecanismo de abastecimento alimentar presente nos assentamentos. Assim, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, os valores dos alimentos tiveram por base o preço médio praticado nos estabelecimentos comerciais de cada município.



O Quadro 1 apresenta alguns dos alimentos de origem animal e vegetal da listagem geral que fez parte do estudo e que tiveram maior expressividade econômica e percentual de famílias que realizam transferências ou doações nos três assentamentos estudados.

Quadro 1 - Valores médios anuais equivalente em salários mínimos de alimentos destinados a transferências e doações das famílias conforme percentual de registros por assentamento.

Tipo de alimento	Itapuí/Meridional		Conquista do Imigrante		Ceres	
	% registros ⁴	Média ⁵ transferências SM/ano	% registros	Média transferências SM/ano	% registros	Média transferências SM/ano
Carne bovina	32%	2,19	52%	0,91	44%	1,43
Carne suína	21%	2,10	57%	0,67	69%	0,74
Carne aves	21%	0,29	48%	0,25	19%	0,19
Mel	57%	0,40	24%	0,26	19%	0,33
Ovos	29%	0,19	57%	0,18	63%	0,29
Leite	14%	1,87	38%	0,29	25%	0,43
Pão	46%	0,35	10%	0,88	25%	0,37
Massas	14%	0,08	10%	0,88	6%	0,33
Mandioca	82%	0,15	43%	0,19	44%	0,09
Batata doce	50%	0,09	24%	0,14	38%	0,07
Feijão	36%	0,13	38%	0,09	25%	0,11
Milho verde	25%	0,11	10%	0,18	0%	0
Moranga	54%	0,06	24%	0,06	13%	0,04
Laranja	54%	0,08	38%	0,10	50%	0,06
Bergamota	61%	0,11	29%	0,21	44%	0,05
Pêssego	21%	0,10	24%	0,05	44%	0,05
Banana	57%	0,25	0%	0	13%	0,15

Fonte: dados empíricos da pesquisa.

Constatou-se que nos três assentamentos pesquisados os alimentos de origem animal assumem grande importância nas doações, sobretudo as carnes de bovinos, suínos e aves. Destaca-se a importância das carnes e demais produtos de origem animal nas transferências e doações, possivelmente porque possuem preço elevado quando adquiridas nos estabelecimentos comerciais.

⁴ Os registros estão relacionados ao número de entrevistados que declararam doar e/ou transferir cada um dos produtos listados.

⁵ As médias de todos os itens listados foram calculadas utilizando-se as quantidades que os entrevistados manifestaram doar e/ou transferir. O valor monetário dos itens listados foi calculado tomando-se por base o preço de compra do produto no mercados (conforme descrito na metodologia) e transformado em salários mínimos (SM)/ano tomando-se por base o valor do SM do ano 2019 que era de R\$ 998,00.

Na maioria das vezes o abate de um animal gera um volume significativo de carne que abastece a família por um longo período. Alguns entrevistados relataram conservar o costume de trocar carnes com vizinhos. Esta troca de carnes apresenta-se como um fenômeno de reciprocidade, onde a doação ocorre, mas é esperada a troca, a devolução em algo semelhante, seja em proporção, qualidade, aparência, etc. Prática semelhante foi constatada também por Marques et al. (2007), destacando que as populações rurais têm nas trocas de alimentos uma prática de fundo econômico, o que constitui uma ligação tanto entre as famílias como com a comunidade rural.

Os alimentos processados de origem vegetal também compõem o conjunto de produtos que são transferidos ou doados pelos assentados. Embora com presença menos expressiva nas transferências e doações em comparação com os alimentos de origem animal, alguns itens têm maior destaque entre as famílias entrevistadas, a exemplo do pão caseiro, dos doces em pasta (chimias), conservas e massas.

Ressalta-se que os produtos processados de origem vegetal por sua característica de ser “produto caseiro” carregam um caráter nostálgico que lembra a comida de infância. O pão caseiro, por exemplo, emana esse tom afetivo com a comida da mãe e que não se encontra disponível na cidade, nos supermercados. Como afirma uma das pessoas entrevistadas: “a filha vem pra casa no final de semana e se leva pão que eu faço, porque ela não gosta de comer todo o dia aquele pão comprado. Ela diz que o pão caseiro é outra coisa, é mais gostoso.” (Entrevistada nº 48).

Os processados “caseiros”, ou produção doméstica tal qual abordado por Niederle e Wesz Jr. (2018), detêm características particulares de sabor, textura, aroma, entre outros que dificilmente a indústria com seu processo de homogeneização conseguirá ou se interessará em reproduzir. Por outro lado, os alimentos processados pela indústria cada vez mais estão presentes na alimentação dos agricultores, seja pela praticidade que representa a compra destes alimentos no mercado, seja pelo tempo escasso para produzir os próprios alimentos processados.

As culturas de ciclo anual (exceto as frutas e hortaliças) como feijão, milho verde, batata, batata doce, mandioca, moranga, abóbora, amendoim, cebola, alho, melão e melancia (denominadas pelos assentados como “alimentos de roça”, por serem cultivados mais distante da residência, geralmente em uma área maior que a horta doméstica) embora com baixo valor em comparação às carnes, assumem importância significativa nas transferências e doações em função da representatividade, pois muitas famílias declararam doar esses alimentos.

Em relação aos alimentos de horta, diferentemente das demais culturas ou mesmo os alimentos processados apresentados anteriormente, estes são pouco doados ou transferidos por



parte dos entrevistados. Especialmente nos assentamentos Conquista do Imigrante e Ceres, os percentuais de transferências são baixos ou inexistentes, uma vez que a produção deste tipo de alimento nestes assentamentos é limitada apenas ao autoconsumo da família. Diferente do assentamento Itapuí/Meridional, que embora com baixo percentual de registros, existe transferência de todos os itens listados, sendo que as hortaliças folhosas são doadas por 25% dos entrevistados, bem como a cenoura por 21%, a beterraba, o tomate e o repolho, por 18% dos entrevistados.

As frutas, por sua vez, são alimentos importantes no campo das transferências e doações, pois na maioria das famílias assentadas algum tipo de fruta encontra-se em abundância. Desta forma, havendo abundância, também ocorre com maior facilidade a doação tanto para familiares como para amigos ou até para pessoas que não fazem parte dos círculos de parentesco e amizade, estabelecendo relações mais amplas de reciprocidade.

A maior diversidade de frutas transferidas ocorre nos assentamentos Itapuí/Meridional e menor nos assentamentos Conquista do Imigrante e Ceres. Os motivos identificados foram a maior distância desses assentamentos em relação aos centros urbanos, o que acarreta a diminuição da frequência das visitas dos filhos e demais familiares à família assentada, diminuindo as transferências e doações.

As transferências e doações possuem diferentes realidades a depender das características socioeconômicas dos locais onde se encontram, sendo assim, um olhar mais atento para as três regiões pesquisadas demonstra algumas destas diferenças.

O Quadro 2 apresenta alguns resultados em relação aos valores anuais (em salários mínimos) de transferências e doações conforme as principais fontes de renda dos entrevistados de cada assentamento.

Quadro 2 – Valores médios anuais em salários mínimos (SM) das transferências ou doações por assentamento com base na principal fonte de renda da família e percentual de entrevistados em cada categoria.

Assentamento	Aposentados (34%) (SM)	Produtor de hortigranjeiros (18%) (SM)	Produtor de leite (23%) (SM)	Produtor de Soja (14%) (SM)	Renda Não agrícola (11%) (SM)
Itapuí /Meridional	3,46	3,29	N/A	N/A	0,61
Conquista do Imigrante	3,73	N/A	3,13	N/A	N/A
Ceres	N/A ⁶	N/A	5,62	1,43	N/A

Fonte: Dados empíricos da pesquisa.

No assentamento Itapuí/Meridional, localizado na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, verificou-se que a maior parte das famílias possui como fonte de renda principal o cultivo de hortifrutigranjeiros, outra parte das famílias possui pessoas aposentadas e um percentual menor de famílias com atividades externas à unidade de produção, desenvolvendo trabalhos não agrícolas.

Verifica-se neste assentamento que os valores médios mais elevados de transferências e doações de alimentos está no público aposentado, que transferem valores muito semelhantes aos produtores de hortifrutigranjeiros e muito superiores às famílias que tem renda principal externa à unidade de produção. Assim, nos estabelecimentos com aposentados e naqueles com produtores de hortifrutigranjeiros a transferência ou doação chega a valores médios superiores a 3 mil reais anuais, o que em média equivale a 0,28 SM/mês entre os aposentados e R\$ 0,27 SM/mês entre os produtores de hortigranjeiros.

O assentamento Conquista do Imigrante, localizado na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, de maneira semelhante ao Itapuí/Meridional apresenta um número expressivo de estabelecimentos com pessoas aposentadas tendo este benefício da previdência como principal fonte de renda, porém muitos possuem a atividade leiteira como principal atividade econômica presente nos lotes.

Neste caso, verifica-se que os valores médios mais elevados de transferências e doações está entre os estabelecimentos com aposentados, com valores médios de R\$ 3.718,89 anuais, equivalente a 3,73 SM/ano, ou seja, cerca de 0,31 salários mínimos mensais e os produtores de leite transferem e doam em média R\$ 3.127,42, equivalente a 3,13 SM/ano, ou seja, 0,26 salários mínimos mensais.

⁶ N/A refere-se a situação onde Não se Aplica, onde não houve registro da informação no respectivo assentamento.



O assentamento Ceres, localizado na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, onde o cultivo de grãos, especialmente soja e a atividade leiteira são as principais fontes de renda das famílias, o que se observa é que as transferências e doações foram em média de R\$ 5.608,43, equivalente a 5,62 SM/ano entre os produtores de leite e R\$ 1.431,65, equivalente a 1,43 SM/ano entre os produtores de soja, sendo em média 0,47 e 0,12 salários mínimos mensais, respectivamente. Destaca-se que os estabelecimentos com atividade leiteira transferiram ou doaram maiores volumes de carnes, o que explica o valor médio mais elevado para este tipo de estabelecimento. Já os estabelecimentos com aposentados são pouco expressivos neste assentamento e as doações ou transferências de alimentos também foram pouco expressivas.

O Quadro 3 demonstra os valores médio, máximo e mínimo das transferências e doações ocorridas mensalmente nos três assentamentos pesquisados.

Quadro 3 - Valores médio, máximo e mínimo mensal de transferências/doações das famílias entrevistadas.

Assentamento	Média/mês		Máximo/mês		Mínimo/mês	
	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM
Itapuí/ Meridional	275,50	0,28	1.511,42	1,51	14,98	0,01
Conquista do Imigrante	191,68	0,19	711,96	0,71	16,37	0,02
Ceres	206,47	0,21	1.838,00	1,84	31,16	0,03

Fonte: Dados empíricos da pesquisa.

Em relação às transferências e doações mensais médias constata-se que os valores são de R\$ 275,50 no assentamento Itapuí/Meridional equivalendo a 0,28 SM, já no assentamento Conquista do Imigrante a média é de R\$191,68, equivalente a 0,19 SM e no assentamento Ceres, com valor de R\$206,47 equivalendo a 0,21 SM mensais.

Ressalta-se que é considerado baixo o número de entrevistados que não fazem nenhum tipo de transferência ou doação de alimentos, sendo que no assentamento Itapuí/Meridional apenas uma família, representando 4% dos entrevistados não fez transferência ou doação. No assentamento Conquista do Imigrante, cinco famílias, representando 24% dos entrevistados. E, no assentamento Ceres, três famílias, representando 19% dos entrevistados.

Estudo realizado na região Oeste do estado de Santa Catarina com agricultores familiares apontou valor mensal médio de transferências de alimentos para familiares que residem nos espaços urbanos da ordem de R\$ 279,67 (NESI, et al. 2019), evidência que ilustra semelhanças

entre os agricultores familiares não assentados pesquisados em Santa Catarina com os resultados obtidos com os assentados no Rio Grande do Sul.

Estes resultados levam a crer que para os agricultores familiares ou assentados da região sul do Brasil a prática das doações ou transferências de alimentos é bastante comum e conserva semelhanças, não sendo exclusividade dos assentados, mas sim uma característica da própria agricultura familiar desta região do país.

Analisando-se os valores transferidos, observa-se que estão próximos a 20% do valor de um salário mínimo mensal. Esta informação é importante na medida que aponta para um volume de alimentos que circulam por vias não mercantilizadas, sem a troca por dinheiro, representando uma contribuição importante da agricultura familiar no contexto econômico de pessoas que vivem nos espaços urbanos.

Embora pareça pouco expressivo economicamente, este valor de transferência assume maior importância quando se compara com as rendas urbanas da maior parte dos trabalhadores assalariados que residem nos municípios pesquisados, pois os mesmos auferem rendas na faixa de um a três salários mínimos mensais. Conforme dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (2017), no município de Nova Santa Rita onde localiza-se o assentamento Itapuí/Meridional, verificou-se que 30,7% da população estava ocupada em empresas e recebia em média três salários mínimos mensais. No município de Piratini, onde localiza-se o assentamento Conquista do Imigrante, 13,8% da população estava ocupada em empresas e recebia em média 2,1 salários mínimos mensais. E no município de Jóia, onde localiza-se o assentamento Ceres, 8,6% da população estava ocupada em empresas recebendo em média 2,8 salários mínimos mensais.

O peso da alimentação nos gastos mensais se revela importante no conjunto dos custos familiares (aluguel, energia elétrica, água, IPTU, telefone, internet, gás de cozinha, transporte, etc.) das pessoas que residem em espaços urbanos. Quando se compara o valor dos rendimentos urbanos com o valor das transferências de alimentos dos agricultores é que se tem uma dimensão do que isso pode representar para os filhos e familiares que residem nos espaços urbanos, ou seja, o valor mensal que deixam de gastar com alimentos pode fazer uma diferença grande para uma família urbana de trabalhadores assalariados.

O Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2019) aponta que o percentual de pessoas economicamente ativas com rendimentos mensais de até um salário mínimo no município de Piratini era de 44%, no município de Jóia eram 36% e no município de Nova Santa Rita eram 18% das pessoas economicamente ativas que possuíam renda de até um salário mínimo mensal. Se estas



pessoas com baixas rendas possuem familiares no meio rural e destes recebem alimentos via transferência, certamente este aporte além de ser uma grande dádiva, sobretudo é um grande suporte econômico.

Por fim, considera-se que as doações vindas dos pais na forma de transferências de alimentos se inserem também na discussão apontada por Polanyi (2012) quando menciona as diferenças entre a economia formal e substantiva, sendo a primeira mais ligada às trocas, intercâmbios, portanto, envolvendo mercadorias entre duas pessoas, cada qual com certo interesse em lucrar com a operação. Já na economia substantiva, onde a nosso ver se inserem as doações e transferências, podemos definir como uma relação que se estabelece através da satisfação de necessidades materiais entre as duas partes, no caso, de pais e filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os dados da pesquisa serem datados do final do ano 2019, o trabalho de pesquisa estendeu-se durante o ano 2020 e meados de 2021, período em que alastrou-se a pandemia de Covid-19, observando-se não apenas a severidade da patologia, mas também as consequências socioeconômicas, sobretudo o aumento de pessoas em situação de fome no país. Ainda, em relação aos valores mencionados nos dados da pesquisa, tomou-se o cuidado de transformá-los, passando de reais para o equivalente em salários mínimos, o que possibilita maior temporalidade aos dados.

A pesquisa mostrou que diante de um contexto agroalimentar em que predominam as trocas comerciais, as transferências e doações de alimentos, mesmo invisibilizadas, são importantes no contexto em que vivem os assentados, pois mostrou-se uma prática comum para 88% dos entrevistados. Isso nos remete ao fato de que persiste entre as famílias assentadas as relações econômicas que não estão embasadas apenas na compra e venda de produtos, mas também em relações que remetam à dádiva e a reciprocidade.

As transferências e doações de alimentos estão estreitamente, embora não exclusivamente, ligadas à produção de autoconsumo da família assentada. Estreitamente, porque a maior parte dos alimentos que circulam por esta via provém da produção voltada para o autoconsumo. Porém, esta não é a única fonte, uma vez que sobretudo nas famílias que possuem sistemas de produção de hortigranjeiros ou também de produção leiteira, parte dos alimentos transferidos ou doados também fazem parte da produção comercial da família.



Constatou-se também que as famílias que estão no sistema de produção de leite são as que doam ou transferem maiores valores, seguido pelos aposentados. Os menores valores médios de transferências foram das famílias que tem como fonte de renda principal a atividade não agrícola. Destaca-se também a importância dos benefícios da previdência social no rural, uma vez aposentados, é possível que os assentados dediquem maior atenção à produção de autoconsumo e consequentemente ampliam sua oferta de alimentos para as transferências e doações.

Do ponto de vista econômico as doações e transferências de alimentos revelam-se significativas, com valores mensais próximos a 0,2 salários mínimos. Estes valores se revelam importantes para as pessoas que recebem os alimentos, especialmente os que residem no meio urbano e cuja renda média não ultrapassa os três salários mínimos mensais, fato agravado durante a crise de Covid-19.

Por outro lado, embora as doações e transferências de alimentos estejam no polo oposto ao sistema mercantil, sobrevivem em uma sociedade regida pelo modelo capitalista em que o mercado é central, o que significa que há uma coexistência da dádiva e reciprocidade no sistema capitalista. Estas práticas tornam a sociedade mais humana e formam laços sociais importantes de serem mantidos, apoiados ou fomentados, de tal modo que as relações entre as pessoas não sejam apenas instrumentais.

Sentir e ser, muito mais do que ter, dão sentido as práticas de doações e transferências e explicam seu enraizamento na sociedade capitalista, dando sentido à sua manutenção e coexistência com uma sociedade majoritariamente preocupada com os bens materiais.

REFERÊNCIAS

- BOULDING, K. E. **La economía del amor y del temor**. Madrid: Alianza. Editorial, 1976. 163 p.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana Oliveira da Rocha. Porto Alegre: 2 ed. Artmed, 2007. 248 p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-69, jul./dez. 2010.
- GUERRA, P. La solidaridad en la economía. Relaciones económicas más allá de los intercambios mercantiles. **Otra Economía**. São Leopoldo: Unisinos, vol. 6, n.10. p. 98 -104, jan./jun. 2012.
- GUIA TRABALHISTA. **Salário mínimo - tabela dos valores nominais**. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso em 21 de jan. 2022.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-trabalho-e-rendimento>. Acesso em 10 abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama municipal**. Cadastro Central de Empresas. Ano 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-santa-rita/pesquisa/10058/60027?localidade1=431115&localidade2=431460&ano=2017>. Acesso em 06 mai. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 04 nov. 2020.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 90, p. 71-94, set. 2010.

MACHADO FILHO, H. (org.) **Objetivos do desenvolvimento sustentável 1.2.3.5.9.14. Documentos temáticos**. Brasília: ONU/BR, 2017. 107p.

MARQUES, F., C.; MENASCHE, R.; TONEZER, C.; GENESSINE, A. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

NESI, C. N.; DORIGON, C.; BADALOTTI, R. M.; PIEREZAN, S. A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: um estudo de caso do Oeste de Santa Catarina. In: IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento; IV Encontro Nacional dos Mestrados Profissionais da Área Planejamento Urbano e Regional e Demografia; III Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional: o Rural. Tema: Ruralidades - Urbanidades: potencialidades e desafios para o desenvolvimento.2019. **Anais [...]**. Chapecó: abr., 2019.

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2018. 432 p.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2 ed., 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p.

RAZETO M., L. **Las donaciones y la economía de solidaridad**. Univérsitas Nueva Civilización. Edição do Kindle, 2018.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança alimentar e COVID – 19 no Brasil**. II VIGISAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. São Paulo: Fundação Frederich Ebert, 2022. 111 p.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272p.



TEMPLE, D. Por que precisamos de outra lógica. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro: vol. 19, n. 2, p. 257-269, 2011.

WIKIPÉDIA. Lista de mesorregiões e microrregiões do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Sul. Acesso em 04 nov. 2020.

